

Resenha

SPEKTOR, Matias. 18 dias: quando Lula e FHC se uniram para conquistar o apoio de Bush. Rio de Janeiro, Objetiva, 2014.

Igor Moreira Moraes¹

Em “18 dias: quando Lula e FHC se uniram para conquistar o apoio de Bush”, Matias Spektor trata de um episódio importante da história política brasileira recente: a visita de Lula, então presidente eleito, ao presidente George W. Bush, em dezembro de 2002. Tal visita contribuiu para garantir estabilidade à primeira transição política após o regime militar brasileiro entre presidentes eleitos diretamente.

Apesar de podermos entender que Brasil e EUA “são bons vizinhos, mas não aliados”ⁱⁱ, o fato é que, malgrado os comuns desencontros na relação bilateral, há na história política brasileira diversos episódios nos quais transições políticas conturbadas tiveram os EUA como “fiador” do processo. Spektor relembra que a busca de apoio dos EUA para chancelar uma transição política brasileira aconteceu em momentos como a Proclamação da República (1889), o fim do Estado Novo (1945), o início do regime militar (1964), a passagem de poder dos militares aos civis (1985) e a primeira eleição da Nova República (1989). O autor ressalta ainda que “em todos esses casos, lideranças políticas brasileiras pediram ajuda ao presidente dos Estados Unidos”ⁱⁱⁱ.

Spektor não discorre sobre o grau de influência dos EUA sobre cada uma dessas transições, – não é o objetivo do livro –, mas sua observação é pertinente: a República brasileira, ao longo de toda sua existência, buscou, direta ou

¹ Advogado, Bacharel em Direito pela UFC, pós-graduando em Direito Internacional pela Estácio/FIC e graduando em Relações Internacionais pela Faculdade Stella Maris. É membro da Comissão de Direito Internacional da OAB-CE e membro fundador do Instituto Politizar.

indiretamente, apoio dos EUA para a legitimação interna de transições conturbadas de governo. A narrativa de Spektor, nesse sentido, tem especial importância para entendermos o quanto a visão dos EUA em relação ao Brasil influencia a política interna brasileira – mais do que intelectuais antiamericanistas gostariam.

O esforço de Spektor de reconhecer a importância dos EUA para essas transições políticas no Brasil afasta visões reducionistas da política externa de FHC, ainda simplificada por muitos como neoliberal e alinhada aos EUA. Como o autor bem retrata, a verdade é que, apesar das boas relações entre FHC e Bill Clinton, tal relação pessoal não significou contrapartida significativa para o relacionamento bilateral entre o Brasil e os EUA, o que se tornou ainda mais visível durante os últimos anos do governo de FHC.

O segundo mandato de FHC foi caracterizado pela baixa popularidade do presidente, devido à crise cambial de 1999 e à conturbada crise energética. Nesse panorama, FHC não tinha apoio suficiente para negociar a ALCA. A iniciativa requeria enorme capital político interno, devido a visões contrárias tanto por parte do empresariado nacional, temeroso da concorrência com os produtos dos EUA, quanto por parte das centrais sindicais, receosas do agravamento do desemprego, o qual já beirava o patamar de 12% em fins de 2002.

Com o fim do mandato de FHC se aproximando, a retórica radical do presidente Lula causava temor nos investidores internacionais e os dólares fugiam do país, o que gerava incerteza quanto ao cumprimento dos compromissos com os investidores internacionais pelo Brasil. Spektor relembra impressões que hoje causam riso, mas eram comuns à época, como uma declaração de Fernando Collor. À época, o ex-presidente, que se tornaria aliado do governo do Partido dos Trabalhadores, disse que Lula iria confiscar cadernetas de poupança e até os quartos das pessoas de classe média para albergar os sem-teto.

A fim de conter a eclosão de uma nova crise, FHC e Lula uniram-se para acalmar os investidores internacionais, a partir de interesses específicos: FHC desejava preservar o legado do Plano Real e Lula desejava garantir a governabilidade. A viagem para os EUA, país de maior influência junto ao FMI e outros organismos financeiros internacionais, era o melhor caminho para restaurar a

normalidade econômica brasileira e garantir a transição regular da presidência. Spektor coletou em sua obra interessantes depoimentos de participantes das negociações para que a famigerada viagem fosse um sucesso.

Não se pode entender, obviamente, a visita de Lula a Bush como sinal de subserviência aos EUA, pois também havia interesse significativo por parte de Bush de realizar a reunião. Além disso, a viagem de Lula aos EUA foi precedida de viagens à Argentina e ao Chile, o que indicava que Lula buscava preponderantemente o fortalecimento dos laços com a América do Sul, linha geral que ainda persiste atualmente. Em um momento em que governos de esquerda ganhavam terreno na América Latina, em especial após a ascensão de Chávez em 1999, Bush buscava evitar o afastamento do Brasil, um país que é comumente tido pelos EUA como um interlocutor moderado na região.

Spektor narra a ação de uma verdadeira força-tarefa para garantir que Lula encontrasse Bush antes de tomar posse, o que era difícil por um motivo adicional: o presidente dos EUA não tinha o costume de encontrar-se com presidentes eleitos antes de eles tomarem posse, muito menos se fossem políticos de esquerda com histórico de críticas à política norte-americana. Além disso, Bush tinha uma agenda concorrida, pois estava totalmente envolvido com os esforços da “Guerra ao Terror” – lembremos que a Guerra do Afeganistão começara em 2001 e os atritos que desaguaram na Guerra do Iraque em 2003 estavam no ápice.

Surpreendentemente, o encontro mostrou-se um sucesso. Bush e Lula tinham até significativos pontos em comum, como o fato de serem afeitos à quebra de protocolos e não serem tipos intelectuais, como os seus antecessores. Para que o encontro acontecesse, membros-chave do futuro governo de Lula, como José Dirceu e Antônio Palocci, foram enviados para encontrar funcionários da alta administração do governo dos EUA. Pedro Malan, Ministro da Fazenda de FHC, tratou de utilizar a sua boa recepção entre os altos financistas do *establishment* norte-americano para garantir que Lula cumpriria todos os compromissos econômicos e daria seguimento à política econômica de FHC. Também Pedro Parente, Ministro da Casa Civil e Rubens Barbosa, embaixador em Washington à época, foram instruídos para

certificar membros do alto escalão do governo norte-americanos que Lula era avalizado por FHC.

Toda essa movimentação ocorreu, segundo Spektor, não por simples benevolência de FHC, mas, sim, por cálculo político: a própria sobrevivência do real e da conseqüente estabilidade econômica, o seu principal legado, dependiam da propensão de Lula a manter a política econômica de FHC. Obviamente, é difícil mensurar se o "ativismo" de FHC foi determinante para que a reunião acontecesse, pois o presidente tinha à época baixo poder de barganha na cena internacional, pois sofria com a baixa popularidade e seu mandato estava no fim. O que importa é registrar a cooperação entre os dois presidentes adversários, mas não inimigos.

A pesquisa de Spektor revela que o princípio da continuidade da política externa brasileira, constantemente afirmado no discurso diplomático, sustenta-se de fato na Nova República, malgrado a sucessão de governos de diferentes matizes no âmbito do espectro político-partidário. A grande lição que o acadêmico ensina é que devemos rechaçar a visão de que se aproximar dos EUA é sinal de alinhamento automático, como as visões reducionistas defendem, como se estivéssemos limitados pela influência dos EUA nos termos das antigas "pan-regiões"ⁱⁱⁱ de Karl Haushofer.

O relacionamento do Brasil com os EUA é crucial e deve ser mantido com firmeza. A própria Casa Branca reforça tal entendimento, como indica uma nova iniciativa de Dilma em 2015 de fazer uma visita de Estado ao país, após os escândalos de espionagem que implicaram o cancelamento da visita de Estado que a presidenta faria em 2013.

Como fruto do encontro entre Lula e Bush e da manutenção das grandes linhas da política econômica de FHC por Lula, além da massiva expansão dos programas sociais, atualmente "exportados" para nações do mundo todo, o Brasil passou a ser tratado com mais atenção por parte dos EUA. O país passou então a ser visto pelos EUA como um interlocutor moderado na América do Sul, apesar da forte resistência da direita norte-americana mais ferrenha, principalmente devido ao passado de Lula como feroz crítico aos EUA.

Spektor ensina ainda que verdadeira política autonomista não se vincula a visões partidárias internas. A boa política afasta tanto o antiamericanismo barato quanto as visões subservientes que entendem um alinhamento aos EUA como benéfico em si, independentemente das variáveis em jogo. O mundo é muito dinâmico para visões estreitas e, até adversários políticos como FHC e Lula entenderam isso à época e fizeram o que tinha de ser feito.

ⁱ BALBINO, Leda. “**Brasil e EUA são bons vizinhos, mas não aliados, diz analista**”. Último Segundo, Nova Iorque, 1º outubro 2013. Disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/2013-10-01/brasil-e-eua-sao-bons-vizinhos-mas-nao-aliados-diz-analista.html>. Acesso em: 06 abril 2015.

ⁱⁱ Matias Spektor , p. 256 - **18 dias: quando Lula e FHC se uniram para conquistar o apoio de Bush** Rio de Janeiro, Objetiva, 2014.

ⁱⁱⁱ Karl Haushofer (1869-1946), geopolítico alemão, defendia que o mundo deveria ser dividido em quatro grandes áreas de influência, denominadas por ele de “pan-regiões”. Cada uma dessas pan-regiões deveria ser comandada por um Estado-guia: a pan-região euroafricana, pela Alemanha; a pan-América, pelos Estados Unidos; a pan-Rússia, pela Rússia e a pan-Ásia Oriental pelo Japão.

Recebido em Abril de 2015.

Publicado em Julho de 2015.